



O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL NAS METRÓPOLES DO NORDESTE

*Hélia Barbosa*¹

*M^a José Marita Palmeira*²

*Olga Câmara*³

*Rita Ippolito*⁴

CONTEXTO HISTÓRICO

Até onde a memória permite resgatar a história mais recente do enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil? Tudo começou em 1993, ano da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, instaurada pelo Congresso Nacional, sobre exploração sexual de crianças e adolescentes, quando inicia-se, no Brasil, um movimento de mobilização e denúncia sobre este tema. Organizações Governamentais e Não-Governamentais e agências de cooperação internacionais juntam esforços e recursos na definição de políticas e ações para cumprir os princípios estabelecidos no recém-criado Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069/90.

Naquele ano, o Nordeste representava o pólo turístico onde a imprensa local e as redes de organizações da infância e da juventude constatavam uma

¹ Defensora Pública, Coordenadora Executiva do CEDECA-BA e Doutoranda em Ciências Jurídicas e Sociais, docente da UCSal

² Doutora em Políticas Públicas e docente-pesquisadora UNEB e UCSal e consultora do CEDECA-BA.

³ Delegada de Polícia. Secretária Executiva de Ressocialização – SERES, Estado de Pernambuco.

⁴ Consultora da UNIFEM/SEDH.



grande incidência de casos de exploração e abuso sexuais infanto-juvenil. As primeiras denúncias apontavam para um fenômeno bem amplo de casos de turismo sexual, revelando a necessidade de uma análise detalhada da realidade, e de uma reflexão coletiva da situação que se colocava como muito complexa.

Neste contexto, a USAID, em 1994, inicia um Programa de financiamento – Prevenção Orientada a Meninos e Meninas em Situação de Risco – POMMAR, implantado, de início, no Nordeste, implementado por Partners, priorizando a intervenção nessa área, e investindo na articulação dos diferentes atores nacionais e internacionais, igualmente sensibilizados com essa grave questão. O momento exigia um trabalho complementar e coletivo, para gerar alianças e parcerias que pudessem interferir, de forma propositiva, para a construção de políticas públicas de proteção efetiva de crianças e adolescentes envolvidas na rede de exploração sexual comercial.

Essas articulações ocorreram, em um primeiro instante, de maneira isolada em cada Estado do Nordeste. No caso do Estado da Bahia, a problemática da exploração sexual infanto-juvenil eclodiu após a divulgação de uma pesquisa intitulada *Meninas de Salvador*, em junho de 1994. Foi a primeira **análise da situação da população infanto-juvenil feminina prostituída** realizada no Brasil, pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia, com o apoio do UNICEF. A visibilidade da exposição das meninas em pontos turísticos da cidade, na orla marítima e nas ruas onde funcionava o CEDECA-BA, fez com que este buscasse, numa pesquisa, descobrir em que realidade elas viviam, com o fim de propor ações de intervenção, visando uma mudança desse quadro de realidade.

A pesquisa revelou que "As Meninas de Salvador" estavam sendo envolvidas em uma rede de exploração sexual, que utilizava o grande fluxo turístico que a cidade oferece, para expô-las aos turistas no mercado do sexo. A denúncia desta realidade nos meios de comunicação provocou uma grande indignação na sociedade, antes "acostumada" a viver e presenciar cotidianamente a exploração sexual infanto-juvenil nas ruas de Salvador, sem refletir sobre as conseqüências da mesma.

O CEDECA-BA como ONG presente na sociedade baiana com a responsabilidade institucional de interferir sociopolítica e juridicamente quando a realidade viole os direitos das crianças e adolescentes, promoveu, com o apoio do UNICEF, uma série de encontros com especialistas e autoridades ligados à infância e à juventude, para divulgar os conteúdos da referida pesquisa.



Dada a complexidade da problemática, ficou decidido sobre a necessidade de realizar-se um evento para discussão do tema, com maior amplitude e envolvidos. Assim, em outubro de 1994, foi realizada a **I Conferência Metropolitana Sobre Prostituição Infanto-Juvenil Feminina e Políticas Públicas**, contando com o apoio do Fórum DCA-BA, UNICEF, CBIA e CESE, na cidade do Salvador, palco escolhido para reflexão e discussão de propostas viáveis ao enfrentamento desta questão.

A **metodologia** adotada nesta Conferência foi a de uma abordagem multidisciplinar, que relacionasse o fenômeno da prostituição infanto-juvenil tendo como base os eixos temáticos da **Educação, Saúde e Assistência Social** de intervenção na vida social, previamente selecionados. Dessa maneira, os participantes trabalharam durante três dias, em nove grupos sobre os seguintes temas: profissionalização; justiça; segurança; tráfico de meninas e turismo sexual; aspectos culturais, étnicos, religiosos e comunitários; drogas, DSTs, Aids e orientação sexual; grupo familiar e comunicação social.

Os grupos participantes tiveram abertura de discutir, à época, aspectos controvertidos como: erotismo, desejos, medos, uso de preservativos, redes de exploração, entre outros, constatando que a realidade trazia um discurso social moralista e discriminador para com as meninas vítimas da prostituição.

Os resultados dos trabalhos da **I Conferência** foram sistematizados por uma Comissão de Redação, sob o nome de "Indicações", de acordo com as competências, em diferentes níveis, dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente. Estas Indicações têm sido recorrentemente utilizadas como subsídios à construção de políticas públicas, pelos próprios Conselhos, e operacionalização de ações, por Entidades Governamentais e Não-Governamentais que atuam na área.

As propostas também permitiram ao CEDECA-BA a elaboração de um **Plano Estratégico de Intervenção Sociojurídica** na problemática da exploração sexual infanto-juvenil em Salvador, através das medidas de proteção às vítimas e de responsabilização dos autores de discriminações, negligências, explorações e violência contra meninas prostituídas. Este Plano foi considerado a primeira iniciativa neste gênero no País.

Entre as estratégias formuladas pelo Plano Estratégico de Intervenção Sociojurídica, o CEDECA-BA, com o apoio de um grupo formado por cerca



de 40 parceiros institucionais, elegeu como ação prioritária a linha de sensibilização e mobilização através de uma *campanha de mídia*, que permitiu a socialização do tema na sociedade mais ampla, e a conseqüente indignação desta, provocando-a a denunciar as violências sexuais contra crianças e adolescentes baianos.

Ao tomar conhecimento da I Conferência e dos seus resultados, o POMMAR/USAID, que já vinha apoiando várias ações nesta área no Nordeste, e consciente da necessidade de desenvolver-se um trabalho para construção de conceitos e tendências de enfrentamento sobre os diferentes componentes do processo de exploração sexual infanto-juvenil, decide realizar com o CEDECA-BA, o **I Seminário Sobre a Exploração e o Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes das Metrôpoles do Nordeste**, com o apoio do Governo Estadual, na cidade do Salvador, ocorrido no período de 30 de maio a 03 de junho de 1995.

Os objetivos deste Seminário foram:

- Intercambiar experiências entre as entidades que trabalhavam com meninas e no combate à exploração e ao abuso sexual em Salvador, Recife e Fortaleza;
- Formular ações orientadoras no enfrentamento da questão, e socializá-las entre entidades públicas e privadas;
- Apoiar a mobilização social contra a impunidade da violência sexual na Região Nordeste.

Esse Seminário foi estruturado nas temáticas básicas da: *defesa, responsabilização, assistência, comunicação e informação*. Um fato relevante é que paralelamente às ricas discussões ocorridas nas oficinas, o evento conseguiu reunir em grupos, os três segmentos seguintes, considerados os mais difíceis no processo de articulação, e com poder de influência, decisão e interferência sobre o tema da exploração sexual comercial:

- Especialistas, responsáveis pela criação de linguagem, abordagem e estratégias comuns de enfrentamento da problemática;
- Organizações da Cooperação Internacional, visando construir articulação de ações e recursos entre seus países;

- Comunicação e Informação, buscando identificar os papéis da Mídia Alternativa e da Grande Imprensa e ampliando o alcance das mensagens transmitidas através do uso de uma linguagem adequada. Fruto dessa reflexão foi a criação da Agência de Notícias sobre a Infância – ANDI.

Este Seminário marcou uma nova etapa da reflexão sobre a problemática da Exploração e do Abuso Sexuais Infanto-Juvenil, abrindo novos centros de discussão no Nordeste e no Brasil.

Além de ter possibilitado a troca de experiências pontuais existentes em cada cidade participante do Seminário, os ganhos políticos dessa primeira articulação regional foram a construção das duas ações básicas que nortearam aquele evento:

- a) Fortalecimento da garantia dos direitos das vítimas exploradas;
- b) Busca da cultura da responsabilização e educação para os exploradores.

Estas ações estratégicas tiveram como exemplo o Estado de Pernambuco, que primou em sua atuação local, em virtude da infra-estrutura criada pela existência da *Diretoria de Polícia da Criança e do Adolescente*: uma Polícia Judiciária Especializada com uma Divisão de Apoio Técnico, preparada para oferecer tratamento com dignidade, humanidade e respeito, tanto à população infanto-juvenil, como aos seus agressores.

O Estado de Pernambuco foi pioneiro, e ainda é o único do País, a ter uma Diretoria de Polícia Especializada no atendimento a crianças e adolescentes, disponibilizando dados e competência técnicas para parceiros da Rede:

"Há de se reconhecer que a DPCA é fruto de uma construção coletiva entre sociedade civil e o Governo Estadual." (Gilvan Dias, 1998)⁵

Outro ganho político do Seminário foi a **Campanha Contra Exploração Sexual Infanto-Juvenil**, lançada em Salvador, em 1995, pelo CEDECA-BA, UNICEF e Polícia Militar, chamada, veiculada posteriormente em Fortaleza/CE, Santos/SP e em Foz do Iguaçu/PR. Esta Campanha ganhou destaque nacional quando foi divulgada no Dia da Criança do mesmo ano,

⁵ Coordenador do Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Recife-PE.



no Palácio do Planalto, pelo Presidente da República que, à época, fez um apelo ao seu Ministério ali representado para colocar a problemática em suas agendas, como prioridade nacional.

Durante seis meses a Campanha foi veiculada nacionalmente nos principais meios de comunicação, inclusive nos veículos oficiais. Como resultado, várias campanhas estaduais foram criadas a partir das características culturais e regionais, embora respeitando os princípios consolidados na proposta de Mobilização, fomentando, inclusive, diversas ações de OGs e ONGs. Importante registrar que atualmente 28 (vinte e oito) Campanhas são contabilizadas em nível nacional, veiculadas em suas respectivas regiões.

Em Fortaleza, por exemplo, ações executadas por OGs e ONGs, naquela cidade, permitiram a formação do *Pacto da Cidade*, considerado uma iniciativa pioneira no trabalho de articulação em rede, para discussão dessa problemática, e a conseqüente realização de eventos específicos na área do turismo sexual contra crianças e adolescentes. A veiculação da Campanha veio a facilitar, neste Estado, a elaboração de Projetos de Pesquisa pela *Universidade Federal do Ceará*, apoiados pelo UNICEF e POMMAR/USAID.

Estes Organismos Internacionais apoiaram, à época, várias iniciativas surgidas no Nordeste, que refletiam as discussões e proposições resultantes do Seminário de Salvador. Como exemplo de ação eficaz de apoio e orientação sociofamiliar com destaque nacional, as entidades *Lar São Domingos* e a *Associação Maria Mãe da Vida (CE)* que têm como meta, até hoje, entre outras, retirar crianças e adolescentes da situação de risco, sobretudo das ruas, reintegrando-as à família e à escola. Objetivavam, ainda, a redução do índice de gravidez precoce e indesejada, através do atendimento médico, inclusive às vítimas de violências sexuais. Outra Instituição que se engajou nesta luta foi a *Sociedade Irmãs da Redenção (CE)*, cuja meta é, até o momento, a de acompanhar e assistir crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexuais, nos aspectos socioculturais e educativos, com articulação familiar.

Em Pernambuco destacava-se no cenário nacional a entidade *Casa de Passagem*, com o trabalho de fortalecimento de meninas em situação de risco social, capacitando-as para o desempenho de papéis compatíveis com sua valorização enquanto mulheres e sujeito de direitos. A Casa de Passagem iniciou o trabalho de reconstrução da identidade das meninas em situação de extremo abandono e alto risco social, através de sua participação num

processo educativo que se realiza na interação entre o viver à margem da vida e o viver com o suporte biopsicossocial oferecido pela referida Entidade.

Este trabalho oferece ainda, atendimento terapêutico (grupal e individual); atendimento à família, grupos operativos visando o fortalecimento da auto-estima; orientação e encaminhamentos aos órgãos competentes; capacitação em diversas áreas profissionalizantes; visitas e acompanhamento escolares/comunitárias; atividades psicopedagógicas; e realização de fóruns de educação para saúde do adolescente, feira de saúde, palestras e utilização da mídia.

Nesse processo de construção do enfrentamento à exploração e abuso sexuais na Região Nordeste, com o suporte do POMMAR/USAID e UNICEF, não se pode olvidar o *Coletivo Mulher Vida*, pelo seu trabalho com as adolescentes vítimas de violência doméstica na cidade de Recife, oferecendo o atendimento social e psicoterápico. Merece ressaltar com louvor a figura da socióloga Márcia Dangremon, coordenadora do Coletivo, uma de suas fundadoras, desde 1992, e um referencial entre os atores nacionais pelo seu trabalho desenvolvido na linha de prevenção, em especial por sua filosofia em relação ao protagonismo juvenil:

"O trabalho de prevenção ocupa um espaço muitas vezes subversivo. Eu acho que a prevenção, considerando o Estatuto, é fazer de uma menina que está sendo vitimizada um sujeito de direito, conforme diz o ECA. E, para isso, o primeiro requisito é respeitar a criança e o adolescente. E eu vejo que, muitas vezes, em nome da garantia dos direitos, se desrespeita o momento deles. A necessidade de teorizar nos faz passar por cima deles, mas temos que ouvi-los." (Márcia Dangremon, 1999)⁶

MUDANÇAS PROVOCADAS PELO SEMINÁRIO DAS METRÓPOLES NORDESTINAS NO ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS SEXUAIS INFANTO-JUVENIS NO ESTADO DA BAHIA:

Na Bahia, o CEDECA organizou-se para implantar em suas práticas as propostas oriundas do I Seminário. O momento exigia a criação de um arcabouço conceitual que possibilitasse à sociedade civil e, especificamente, aos profissionais atuantes na área, falar uma linguagem comum,

⁶ II Encontro ECPAT Brasil (1999) extraída da Sistematização do Encontro. Fonte: CEDECA-BA.



fundamental para a viabilização de planejamento articulado de ações e da captação de recursos para suas implementações.

Ademais, os resultados do I Seminário sobre a Exploração e o Abuso Sexuais, realizado em Salvador, definiram uma mudança paradigmática muito importante: é quando a exploração e o abuso começam a ser vistos e analisados como **marcas negativas** no desenvolvimento integral de uma criança e/ou adolescente. Por consequência, são reconhecidos – social e cientificamente – **como fatos impeditivos do desenvolvimento saudável da sexualidade**, levando a problemas psicológicos, como a baixa auto-estima, e sociopolítico afetando seu exercício pleno da cidadania. Seqüelas cuja dimensão e estragos precisariam ser, cuidadosamente, analisados. O consenso quanto a esta perspectiva analítica redirecionava toda a política pública nesse sentido, enquanto colocava para a reflexão as seguintes questões essenciais:

- ❑ Como sair da **proposta assistencialista** para uma **política pública de assistência** com base no Estatuto da Criança e do Adolescente?
- ❑ Como ultrapassar os limites de uma visão estritamente jurídica? Embora na consideração de que esta é uma visão específica e importante, o trato com a questão já denunciava sua insuficiência. O que significa para uma menina **ser abusada ou explorada**?
- ❑ Como se faz a presença da polícia para não trazer conseqüências negativas para a auto-estima da menina e aprofundar problemas nessa área?

A constatação prática de que o abuso e a exploração não são questões apenas legais trazia consigo a necessidade de no plano do real avançar, para patamares mais complexos, compreensivos dessa problemática em sua totalidade.

É a partir dessa compreensão que o CEDECA–BA, em 1996, propõe a execução do **Projeto de Estudos e Pesquisas sobre a Exploração e o Abuso Sexuais de Crianças e Adolescentes**, visando à instalação de um Banco de Dados, com o apoio financeiro e técnico do POMMAR/USAID. Logo socializado com o nome de "Banco de Dados" este projeto tinha por objeto de Estudo **as razões objetivas e subjetivas da violência** contra crianças e adolescentes, via a exploração e o abuso sexuais⁷. Por razões objetivas

⁷ Proposta concebida e operacionalizada pelo Dr. Franck Lechner, consultor do CEDECA–BA para assuntos de Informação e Comunicação, com o assessoramento da Dr^a Marita Palmeira, Dr^a Rita Ippolito e Dr^a Hélia Barbosa.

compreendiam-se as determinações de natureza socioeconômica, cultural e estrutural definidoras do fenômeno de exploração e do abuso sexuais infanto-juvenil. Por razões subjetivas aquelas de natureza familiar e psicológica.

Em sua primeira fase de instalação, o Banco de Dados, reuniu e selecionou informações nos domínios do Jurídico, dos Fatos; e do Psicossocial, analisando-os à luz da Ciência Ética (reflexão) e da Mora (ação). Essa catalogação de estudos sobre a temática foi possível com o convênio firmado entre o CEDECA–BA e o Instituto de Ciências de Informação da Universidade Federal da Bahia.

Esses estudos, consubstanciados em artigos e *papers*, foram amplamente divulgados na Revista Científica da Faculdade de Educação do Estado da Bahia, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB e na Revista da Superintendência de Estudos e Informações – SEI. Estudos e Debates da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, permitindo maior visibilidade a essas discussões também nos meios técnicos e acadêmicos, despertando motivações para novos estudos, pesquisas e publicações. Esse assunto passou a ser tema de muitos encontros, seminários e disciplinas em cursos universitários de ciências humanas e exatas.

No Domínio dos Fatos, conceitos como Marginalização e Marginalidade foram aprofundados à luz das Teorias Sociais Clássicas, na tentativa de subsidiar a reflexão sobre o ser marginalizado que alguns consideravam marginal⁸. O mesmo ocorrendo com o conceito de transgressor e divergente.

Buscava-se estabelecer as possíveis relações existentes entre os fenômenos da droga, do aborto, da gravidez precoce, e das doenças sexualmente transmissíveis com a exploração infanto-juvenil, o que possibilitou a delimitação teórico-conceitual entre violência/vitimização e violação.

No Domínio do Jurídico, o CEDECA–BA revisou historicamente o fenômeno em sua dimensão legal na consideração da criança como sujeito de direitos, e do abuso e da exploração sexuais enquanto transgressão das leis e um fenômeno não-tolerado nem admitido culturalmente, enfim: crime passível de ser reprimido, avançando na definição de tipos de delitos. Estudos que trouxeram o fundamento legal para a criação das Varas Criminais Especializadas da Infância e Juventude, em 1997, através de uma *advocacy*

⁸ Permitindo uma maior compreensão sobre os fenômenos da marginalidade e da marginalização à luz das teorias sociais clássicas.



do CEDECA–BA, UNICEF e do grupo de Mães, junto ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

No Domínio Psicossocial, as discussões do I Seminário consideraram a prostituição infanto-juvenil como um ato privado quando envolve adultos. Mas pontuou com todas *às letras, cores, e traços* que quando envolve criança e adolescente é **exploração**, e é sempre um **fato público** no qual é fundamental intervir de forma a não permitir uma maior seqüela na integridade do ser em desenvolvimento.

Nesse sentido, o trabalho investigativo da equipe do Banco de Dados dirigiu-se para a tentativa de caracterização do comportamento psicossocial do **explorado** e do **explorador**. Quanto ao explorado foram pesquisados aspectos como: significado da família; dos comportamentos divergentes; até onde é possível uma criança criar e desenvolver o desejo de comportamento marginal? O que representa a perda da virgindade? Quais as percepções do mundo do adulto pela criança?

Quanto ao **explorador** perseguiram a tentativa de identificar: Quem é o explorador? É alguém marginalizado? O agressor se sente culpado? Qual a sua consciência moral? Sente prazer em transgredir os valores sociais estabelecidos? Que doenças mentais mais comuns definem um comportamento de agressor sexual a uma criança? Quais as principais características de um agressor/explorador/violador? É possível falar-se de um perfil? Qual é o limite entre o desejo, pudor e a prática da violência?

Além de iniciar toda uma sistematização (bibliográfica e empírica) sobre esses domínios, o Banco de Dados, no **Domínio da Ética** reforça o plano original do I Seminário no sentido de dar conteúdo aos conceitos buscando diferenciar **Pornografia e Erotismo**, num contexto analítico sobre a repressão a um comportamento sexual entre um adulto e uma criança. Busca, ainda, verificar se esta é associada a uma idéia de "bom senso", baseada no instinto ou condenada pelo dogma (idéia do bem e do mal), assim como pela ciência (doença psicológica ou mental).

Esta investigação prossegue, nesta fase preliminar, referenciando-se em questões como:

- O que nos provoca o conhecimento do fato de que sob seus hábitos os adultos mascaram suas personalidades e não respeitam as leis e a ética da sociedade brasileira, realizando sua fantasia sexual com as



crianças e os adolescentes? Há algo de "natural" no que fazem? E o que há a estranhar no fato de que uma criança seja ativa sexualmente, se compreendemos que os adultos o são (entre eles), através do casamento, da relação amorosa ou da busca do prazer?

- Como na beleza do Estado da Bahia, nas praias que rodeiam a cidade do Salvador e nas flores que ornamentam suas ruas e parques, as jovens meninas, aquelas que amanhã serão *as flores que colorirão nossas praias, mas que hoje não são mais que botões em flor que ofereçam seus olhos iluminados e seu orgulho (integridade) à ganância dos adultos?* E como aqueles que habitam ou visitam esta cidade da Baía de Todos os Santos, aprovam ou não a vergonha ou a culpa do ato do abuso sexual ou da exploração dessas crianças e adolescentes?

Na cidade do Salvador, como em outras tantas no Nordeste, no Brasil e no mundo, se desenvolve o espetáculo da irracionalidade: os corpos, as inteligências e os risos das crianças e adolescentes oferecidos e submissos...à violência, à sexualidade dos adultos, à exploração, ao medo...

Os estudos iniciados nessa época buscavam identificar se é possível estabelecer alguma ligação afetiva nessa relação, pois ficou reconhecido que a menina adolescente **também** seduz. Isso faz parte do seu desenvolvimento sexual. Os adultos são os responsáveis para uma orientação e ambiente saudável para um desenvolvimento harmonioso e integral.

Diante de tantas discussões e dos resultados preliminares do constante estudo, análise e produção de conteúdo teórico, o CEDECA-BA avança, em 1997, para uma segunda fase de instalação do seu **Sistema de Referências sobre Exploração e Abuso Sexuais Infanto-Juvenil**, iniciativa abraçada pelo POMMAR/USAID, com o objetivo de subsidiar as ações de prevenção e combate à violência e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, através da socialização de conteúdos técnicos, jurídicos e científicos, funcionando como um sistema de referência, um espaço centralizador e aglutinador de documentação, criação e comunicação de informações e conhecimento.

Em uma terceira fase este Banco passa a integrar a *Rede de Informações sobre Violência, Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes – RECRÍA*, com o apoio do Ministério da Justiça e do UNICEF, visto que esta rede tem por seu objetivo a articulação de Bancos de Dados das Regiões Brasileiras. Atualmente, a RECRÍA tem como referência o desenvolvimento dos eixos



estratégicos estabelecidos no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

Finalmente no ano de 2001, o CEDECA–BA entrando em uma quarta fase de instalação, reformula a sua *homepage*, e consolida o seu **Sistema de Referências sobre as Violências Sexuais contra Crianças e Adolescentes**, criando um espaço interativo de prevenção e combate à violência sexual infanto-juvenil com apoio do CHILDHOOD Foundation – Instituto WCF Brasil. O *site* Sistema de Informação na Internet – Ação Justiça, através do endereço www.violenciasexual.org.br, disponibiliza o acervo técnico multidisciplinar sobre esta violência, o acesso a salas de bate-papo e espaço para denúncia e estatísticas, além de ter uma Sala de Imprensa e veicular um Diário Eletrônico Mensal. O Sistema também abriga um serviço de rastreamento de *sites* de pornografia infanto-juvenil em parceria com a Polícia Federal/INTERPOL, Ministério Público da Bahia e com a "Faculdades Jorge Amado".

O *site* tem o símbolo da Justiça em sua marca e da escultura do Pensador de Auguste Rodin, que representam os ideais filosóficos do CEDECA–BA em sua práxis de trabalhar com o direito e a arte através de suas ações, com base no seguinte pensamento:

"O homem não é somente um corpo cheio de músculos, não é só um animal. O homem é mais do que isso, porque tem cérebro e por isso pode pensar." (Auguste Rodin)

A CONSTRUÇÃO DA PARCERIA COM O ECPAT INTERNACIONAL

Por iniciativa do POMMAR/USAID, o CEDECA–BA foi convidado a participar da reunião do Comitê Executivo do ECPAT, em Tóquio/Japão, em 1996, o que fez através de sua representante, a Dr^a Maria José Marita Palmeira, que apresentou documento diagnóstico da situação da violência à infância e à adolescência no Brasil, com breve panorama da realidade latino-americana. Dessa visita e interação com o Comitê Executivo do ECPAT à época, ocorreu à identificação do CEDECA–BA pelo *ECPAT Internacional* e o reconhecimento para que o representasse provisoriamente o Brasil enquanto se elegia uma representação oficial. Na ocasião, as ações na linha de Defesa e Responsabilização, Articulação e especialmente da Mobilização, esta através da Campanha contra a Exploração Sexual Infanto-



Juvenil, que o CEDECA–BA vinha desenvolvendo, despertaram grande interesse por parte do ECPAT por irem ao encontro de suas estratégias de enfrentamento onde esta entidade já atuava, apontando para a possibilidade de expansão de suas ações no apoio das ações do Centro de Defesa da Bahia.

Naturalmente que além de Salvador, outras Organizações do País foram visitadas, naquela ocasião, pelo ECPAT. A partir destas ações e discussões iniciadas no País, que se projetavam aos olhares da aldeia global como referências, o Brasil participou da proposição e programação do **I Congresso Mundial de Combate a Exploração Sexual Comercial contra Crianças**, neste mesmo ano, em Estocolmo/Suécia. O primeiro encontro desta natureza no mundo, foi sediado no país em que temos como Rainha uma brasileira sensível, que recebeu mais de 170 países neste evento, acolhendo com especial atenção seus patrícios e abrindo-lhes perspectivas de parcerias.

O ECPAT tem por missão combater todas as formas de exploração sexual (turismo, pornografia e tráfico) contra crianças e adolescentes. Com sua sede em Bangkok, O ECPAT tem representações em mais de 50 países, incluindo o Brasil. O Congresso Mundial referido apoio do UNICEF e constituiu-se em uma iniciativa desta organização não-governamental tailandesa.

Neste encontro foi estabelecida uma **Agenda para Ação** que comprometia o conjunto dos países participantes do Congresso a realizarem uma série de ações para enfrentamento às diversas formas de violências sexuais em seus países. No Brasil uma das ações decorrentes desse compromisso foi a construção de um Plano Nacional que tivesse como base estabelecer atividades por eixo temático, que no formato do Plano oficial brasileiro está distribuído de acordo com os seguintes eixos:

- Análise da Situação;
- Mobilização e Articulação;
- Defesa e Responsabilização;
- Atendimento;
- Prevenção;
- Protagonismo Juvenil.



A Delegação nacional foi composta por várias entidades, organismos governamentais e parlamentares brasileiros. O CEDECA-BA através de sua Coordenadora foi honrado com o convite para participar do painel sobre *Lei, Reforma e Enfrentamento*. Também foram convidados Gilberto Dimenstein para o painel sobre o *Papel da Mídia*, bem assim Maria Lúcia Leal/CECRIA, apresentando os resultados do *Encontro Preparatório das Américas* realizado no Brasil. Porém, o grande destaque nacional foi a apresentação dos jovens brasileiros representantes do Coletivo Mulher Vida e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sob a Coordenação de Márcia Dangremon e Márcio Sanches.

Em 1997, a pedido do ECPAT Internacional, o CEDECA-BA organizou e realizou o **I Encontro do ECPAT no Brasil**, sediado em Salvador, com apoio deste organismo e a parceria do UNICEF, POMMAR/USAID, Governo da Bahia/SETRAS. Esta solicitação tinha por objetivo identificar no universo das organizações brasileiras que atuava no enfrentamento às violências sexuais contra crianças e adolescentes, qual seria a Instituição responsável pela representação do ECPAT no País.

Este encontro reuniu diversas instituições do Brasil, ocasião em que pelo processo de votação, foi constituído o Grupo ECPAT, no País, formado de nove instituições⁹ que elegeram o CEDECA-BA como Secretaria Executiva do ECPAT Brasil. Ciente dessa decisão o ECPAT Internacional conferiu ao Centro de Defesa da Bahia a representação oficial daquele organismo no País.

A partir desta responsabilidade, o CEDECA-BA realizou em dezembro de 1998 o **II Encontro ECPAT Brasil**, também sediado em Salvador, para discussão e planejamento das ações de enfrentamento às violências sexuais na nação brasileira, o que fez com o apoio do Governo Federal/Ministério da Justiça – DCA, Governo do Estado da Bahia/SETRAS e SEPLANTEC, Polícia Militar, Prefeitura Municipal do Salvador, UNICEF, FIEB/SESI e POMMAR/USAID.

Metodologia do II Encontro ECPAT Brasil

Para tornar legítimo o processo de identificação das instituições brasileiras que desenvolvem ações relacionadas com esta problemática no Brasil, e que deveriam participar do Encontro, o CEDECA-BA utilizou pesquisa do UNICEF, com informações do Fórum Nacional DCA e de agentes financeiros.

⁹ ABRAPIA, ANDI, Campanha Nacional pelo Fim da Exploração/DF, CEDECA-BA, CEDECA EMAÚS/PA, INESC, INTERPOL, Pacto da Cidade de Fortaleza/CE, Rede de Pernambuco.



A essas instituições foi encaminhado um quadro para ser preenchido em prazo previamente fixado, contendo as seguintes indagações: parcerias institucionais, ações realizadas, objetivos e metas da instituição, instrumentos e estratégias utilizados, indicadores de sucesso, experiências a serem socializadas, dificuldades enfrentadas e sugestões.

O propósito dessa solicitação foi fazer uma sistematização das ações e subsidiar as Oficinas do Encontro nas linhas de: prevenção, proteção/responsabilização, recuperação/reintegração, articulação e mobilização e participação de jovens (protagonismo), como recomenda a Agenda para Ação do Congresso Mundial de Estocolmo, ratificada pelo Brasil.

O II Encontro do Grupo ECPAT/Brasil oportunizou a ampliação/inserção de um maior número de filiados, recebendo a adesão de mais seis Instituições¹⁰. A seguir, reunidos em um *workshop* realizado em Brasília, pelo DCA, a rede ECPAT/Brasil foi estruturada distribuindo-se por regiões no País, segundo a origem geográfica e natureza das Instituições que formavam o Grupo.

Neste II Encontro foi estabelecido como prioridade a ação de formulação do Plano Nacional de Enfrentamento. Com isso, o Brasil estaria honrando com o seu compromisso firmado no Encontro de Estocolmo.

PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL

Acreditamos ser relevante registrar na memória da luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes e, especificamente, no enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, que a formulação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil teve como base o conjunto de decisões/proposições elaboradas durante as discussões realizadas no II Encontro ECPAT/Brasil. A Sistematização desses resultados, de responsabilidade do CEDECA-BA, foi entregue a então Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente, órgão do Ministério da Justiça, e nossa antiga companheira de luta nesta área, Dr^a Olga Câmara, para coordenar o processo de construção do Plano Nacional. Foi, então, pela

¹⁰ Centro de Apoio Operacional/Ministério Público de Alagoas, CRAMI/SP, Departamento da Criança e do Adolescente/Ministério da Justiça, Fórum Catarinense/Ministério Público de Santa Catarina, Visão Mundial-MG, CEDECA-CE.



mesma, constituída uma Comissão¹¹ para elaborar o esboço do mencionado Plano Nacional e organizar o evento específico para sua discussão e aprovação. Em verdade, a Sistematização foi a matriz de todas as ações elencadas nos eixos do atual Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, numa evidência concreta da força do movimento popular para a formulação de políticas públicas.

Coube ao CEDECA–BA, num primeiro momento, elaborar a proposta desse Plano que, em um momento posterior, para a redação preliminar, contou com a participação de outras Instituições e de consultores nacionais. A redação final do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil foi concluída no Encontro de Articulação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil e III Encontro ECPAT Brasil, realizado em Natal, Rio Grande do Norte, em junho de 2000, após aprovação por mais de 100 Instituições brasileiras presentes.

E, em 12 de julho do mesmo ano, o referido Plano Nacional foi apresentado ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que, em Assembléia Ordinária, o aprovou através de Resolução, constituindo-se em diretriz nacional no âmbito das políticas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Atualmente, o referido Plano tem como instância nacional de monitoramento e avaliação de suas ações o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra a Criança e o Adolescente, em consonância com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente.

COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Comitê Nacional é um Fórum de articulação, criado em junho de 2002, na Assembléia de aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, com sede em Brasília, com a presença das 15 (quinze) Entidades¹² representantes do Grupo ECPAT/BRASIL.

¹¹ Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos/Departamento da Criança e do Adolescente; Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA–BA; Secretaria Executiva do ECPAT Brasil; Governo do Estado do Rio Grande do Norte; Casa Renascer; Centro de Referência – CECRIA, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes; Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum DCA; Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF; USAID/POMMAR/Partners; UNIFEM.

¹² Vide notas 9 e 10.

Participaram, ainda, deste ato, demais Entidades que contribuíram para a aprovação do Plano Nacional no Brasil, em Natal/RN.

Fazem parte da sua **Assembléia Geral**: o CONANDA; o Fórum DCA; a Sociedade Civil de cada Unidade da Federação, definida pela articulação local; o Segmento Jovem de cada região do País; a Associação Nacional dos Centros de Defesa (ANCED); os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, no âmbito Federal e Estadual; a Representação do ECPAT Internacional no Brasil; o Ponto Focal das ONGs sobre Acompanhamento da Convenção sobre os Direitos da Criança; Agências de Cooperação Internacional que atuam na temática (UNICEF, POMMAR/USAID); ANDI; e a Associação de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Adolescência (ABMP).

Para operacionalizar esse Comitê foi constituída uma Coordenação Colegiada¹³, instância com a função de encaminhar as matérias a serem tratadas no âmbito do Comitê Nacional, ao nível administrativo, técnico e político, e de deliberar sobre as mesmas.

Essa Coordenação Colegiada é composta por um representante da(o):

Cada Região Geográfica do País: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste; Juventude; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum DCA; Fundo das Nações Unidas para Infância – UNICEF (pelas Agências de Cooperação Internacional); Poder Executivo Federal; Poder Judiciário Federal; Poder Legislativo Federal e do Ministério Público Federal.

O CEDECA–BA foi eleito para coordenar o Comitê Região Nordeste, como titular, e a CASA RENASCER/RN, como suplente.

Como desdobramento dos objetivos e ações do Plano Nacional, em março de 2001 foi implantado pela Secretaria Nacional de Assistência Social/Ministério da Previdência e Assistência Social, o **Programa Sentinela**. Programa pioneiro no Brasil, tem por objetivo oferecer serviço especializado às crianças e aos adolescentes vítimas de violências, bem como suas famílias, realizado por equipe multiprofissional (assistente social, psicóloga e educadores). Operacionaliza assim, o eixo do Atendimento, constante do Plano Nacional.

¹³ Esta Coordenação está sob a responsabilidade do CECRIA, na pessoa da Sr^a Neide Castanha.



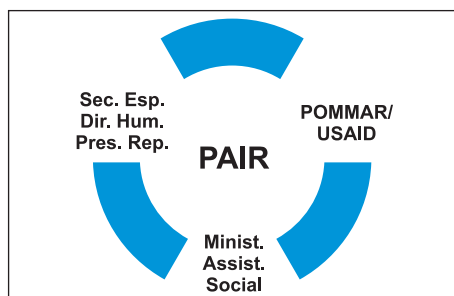
No II Encontro Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, em Oklahoma, no Japão, em dezembro de 2001, após 05 anos da realização do I Encontro, o Brasil foi o único país do mundo que apresentou um Plano de Ação consistente para combater as diversas formas de violências sexuais. Elogiado por sua articulação interna, por conseguir cumprir o compromisso assumido, e por conseguir atender os objetivos propostos no Plano, através das suas ações, o Brasil consolida, definitivamente, sua presença no mundo, na luta contra a violência infanto-juvenil.

PROGRAMA AÇÕES INTEGRADAS E REFERENCIAIS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL NO TERRITÓRIO BRASILEIRO – PAIR

A mais recente ação que está sendo desenvolvida no Brasil para enfrentar as violências sexuais é o Programa Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro. Este Programa tem como objetivo geral a integração de ações para a construção de uma agenda comum de trabalho, entre Governo Federal, sociedade civil e organismos internacionais, visando ações de prevenção e atendimento ao abuso, exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes.

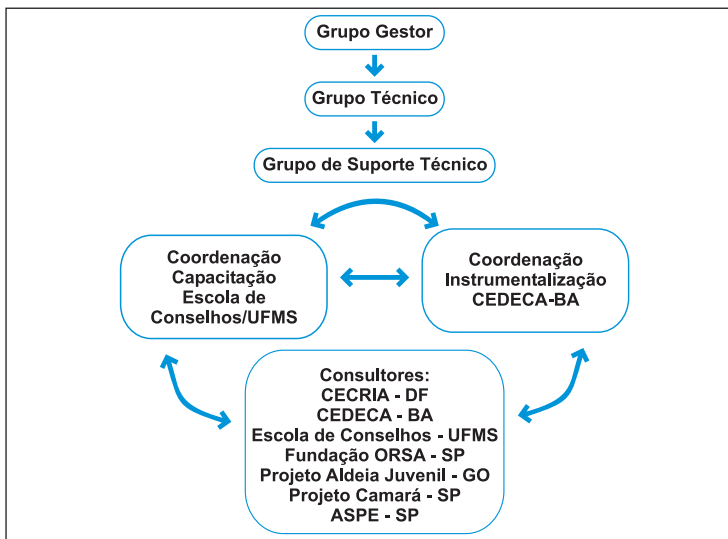
Sua meta é fortalecer esforços de prevenção e de proteção visando às vítimas infantis e adolescentes do tráfico, através do apoio a programas governamentais e intervenções relacionadas da sociedade civil, assim como da cooperação entre os atores e setores chaves, despertando a consciência da sociedade e dos formadores de opinião.

Esta ação para ser operacionalizada adotou uma estrutura gerencial composta por um Grupo Gestor com representantes dos organismos oficiais nacionais e internacionais que o mantém, conforme pode ser visto na figura a seguir.



Para dar suporte a este Grupo Gestor, foram contratadas instituições e consultores de todo o Brasil que têm um trabalho reconhecido e legitimado no enfrentamento a esta problemática. A Coordenação deste Suporte Técnico está sob a responsabilidade da Escola de Conselhos do Mato Grosso do Sul, especialista na área de capacitação, assim como do CEDECA da Bahia, entidade referencial no atendimento jurídico-psicossocial e na mobilização e articulação.

A estratégia operacional do PAIR pode ser visualizada na figura abaixo, demonstrativa das interfaces, conexões e interações necessárias:



Este Programa está sendo implantando em sete municípios do País, cujas cidades-sedes foram identificadas na Pesquisa de Tráfico para Fins de Exploração Sexual, realizada em 2002, que permitiu traçar as rotas do tráfico infanto-juvenil. São elas: Campina Grande/PB; Corumbá/MS; Feira de Santana/BA; Manaus/AM; Pacaraima/RR; Rio Branco/AC; e São Paulo/SP. O CEDECA-BA terá como objetivo instrumentalizar as ações que serão desenvolvidas nestas localidades.

O CEDECA-BA, cujo objetivo será o de instrumentalizar as atividades/metastas que serão desenvolvidas nestas localidades, deverá realizar as seguintes ações:

- ❑ Diagnosticar a realidade das equipes técnicas dos Centros de Referência incluídos no Programa, com vistas a propor a capacitação destas no que for necessário aos objetivos do PAIR;



- ❑ Assistir tecnicamente, acompanhar e prestar apoio metodológico com vistas à adequação do funcionamento interno dos Centros de Referência incluídos no Programa visando assegurar um atendimento de qualidade adequado à realidade dos municípios;
- ❑ Coordenar os serviços de assessoramento técnico prestado por especialistas vinculados a programas exitosos na área, como parte do desenvolvimento de competências locais, formação de rede e transferência de metodologias referenciais;
- ❑ Auxiliar a Escola de Conselhos na construção da proposta da Matriz Pedagógica para a capacitação dos Conselhos Tutelares, de Direitos e Equipes do Programa Sentinela.

Para a consecução desses objetivos o CEDECA–BA desenvolve seus trabalhos por meio das seguintes atividades:

- ❑ Diagnóstico situacional:

O objetivo desta atividade é ter uma idéia concreta do funcionamento dos Centros de Referência, seu fluxo de atendimento, a adequação das funções e cargos, de modo que se possa planejar a intervenção do grupo de supervisão, otimizar o atendimento e a utilização dos instrumentos.

Esta atividade desenvolvida numa primeira etapa com a duração de dois meses (visitas de três dias em cada município).

- ❑ Visitas bimensais aos Centros de Referência incluídos no PAIR (realizadas pelo profissional responsável pelo município):
 - Realização de reuniões com toda equipe do centro;
 - Realização de reuniões com cada profissional separadamente;
 - Realização de grupos de estudo e discussão com os técnicos dos Centros;
 - Supervisão dos casos;
 - Planejamento de atividades;



- Reuniões com representantes dos Conselhos Tutelares e de Direitos do Município;
- Utilizar o Kit Sentinela e esta Sistematização como instrumentos para a orientação da prática dos Centros de Referência, com apoio das entidades que participaram da construção do mesmo dentro de suas especificidades, visando a construção de uma nova tecnologia de atendimento, a partir de experiências bem-sucedidas.
- Visitas flutuantes (semestrais) programadas segundo a natureza do especialista:
 - Assistente Social: supervisão das atividades dos assistentes sociais no trabalho com as famílias e sua articulação com a rede de serviços;
 - Psicólogo: supervisão clínica do trabalho desenvolvido pelos profissionais de psicologia junto aos grupos de apoio;
 - Educador Social: supervisão das atividades dos educadores com reuniões de planejamento e avaliação, instrumentalização da equipe para a utilização do Diário de Campo e capacitação vivencial (acompanhamento dos educadores durante as atividades de rua);
 - Articulador: pessoa responsável por articular os vários órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e da rede de atendimento em relação ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes nos municípios; articulação de campanhas de sensibilização, mobilização social e prevenção (principalmente em datas de grande festividade nas cidades, o Dia 18 de maio, e 13 de julho – comemoração do ECA).
 - Advogado: articulação com as instâncias do judiciário; orientação dos técnicos em relação às questões jurídicas.
- Assessoria Técnica Permanente:
 - Esta atividade visa o estabelecimento de um grupo de especialistas (técnicos das instituições parceiras na construção do



Kit Sentinela), para assessorar a aplicação do referido material nos municípios participantes do Programa, além de responder a consultas técnicas a respeito de casos e procedimentos de intervenção dentro das especificidades de suas instituições. Está sendo proposta a participação desse grupo nas visitas flutuantes, grupos de discussão na Internet e visitas extraordinárias para resolução de situações difíceis. O objetivo desta assessoria é dar celeridade às respostas às demandas dos Centros de Referência.